

Despacho (extracto) n.º 18 246/2007

Por despacho do Ministro da Justiça de 28 de Junho de 2007, foi ao licenciado João Alberto Figueiredo Monteiro, procurador da República, renovada a comissão de serviço que vem prestando no Centro de Estudos Judiciários, como docente, nos termos dos artigos 81.º, n.ºs 1 e 3, e 83.º, n.º 1, da Lei n.º 16/98, de 8 de Abril, por novo período de três anos, com efeitos a 15 de Setembro de 2007.

18 de Julho de 2007. — O Director-Adjunto, *António Carlos Duarte Fonseca*.

Despacho (extracto) n.º 18 247/2007

Por despacho do Ministro da Justiça de 16 de Julho de 2007, foi a licenciada Carla Inês Brás Câmara nomeada, em comissão de serviço, pelo período de três anos, para exercer funções como docente do Centro de Estudos Judiciários, nos termos dos artigos 81.º, n.ºs 1 e 2, e 83.º, n.º 1, da Lei n.º 16/98, de 8 de Abril, com efeitos a partir de 15 de Setembro de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Julho de 2007. — O Director-Adjunto, *António Carlos Duarte Fonseca*.

Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P.**Aviso n.º 14 946/2007**

Por deliberação do conselho directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., de 10 de Julho de 2007, foi Tânia Filipa dos Santos Boura Rodrigues nomeada, precedendo concurso interno geral de ingresso, na categoria de assistente administrativo, da carreira de assistente administrativo, do quadro de pessoal único do INML, I. P., para exercer funções na delegação do Sul. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

16 de Julho de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *Duarte Nuno Vieira*.

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.**Aviso (extracto) n.º 14 947/2007**

Em execução do Acórdão do Tribunal Central Administrativo do Sul de 8 de Fevereiro de 2007, proferido no processo n.º 10 667/01, que anulou o despacho de aposentação compulsiva aplicado a Maria Guerreiro Mestre, foi reintegrada no quadro de pessoal da Conservatória do Registo Predial do Barreiro e posicionada no 2.º escalão, índice 265, com efeitos reportados a 18 de Abril de 2001.

23 de Julho de 2007. — A Vice-Presidente, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho (extracto) n.º 18 248/2007

Pela Portaria n.º 520/2007, de 30 de Abril, foi aprovada a estrutura nuclear do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., e fixado em 13 o limite máximo de unidades flexíveis, sendo que por meu despacho de 22 de Junho de 2007 foram criadas as referidas unidades orgânicas e definidas as respectivas competências.

Atendendo à necessidade de assegurar o normal funcionamento dos serviços e à circunstância de existir identidade funcional e de nível relativamente às competências do novo Sector de Processamento de Remunerações, determino que, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, seja mantida a comissão de serviço do licenciado Manuel Silveiras Pinheiro no cargo de direcção intermédia de 2.º grau correspondente ao Sector de Processamento de Remunerações, com efeitos a 1 de Maio de 2007.

29 de Junho de 2007. — O Presidente, *António Luís Pereira Figueiredo*.

Despacho (extracto) n.º 18 249/2007

Por despacho do director-geral de 16 de Janeiro de 2007, foi Adília Cristina Carvalho Teixeira Pires, segunda-ajudante na situação de licença sem vencimento, autorizada a regressar ao serviço, nos termos do n.º 4 do artigo 108.º do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, para lugar do quadro paralelo, ficando afecta à Conservatória dos Registos Civil, Predial e Cartório Notarial de Góis, com efeitos a partir de 4 de Julho de 2007. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

5 de Julho de 2007. — A Vice-Presidente, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho (extracto) n.º 18 250/2007

Por despachos do presidente deste Instituto de 10 de Julho de 2007:

Foi a Helena Marisa Ruivo Coelho Lopes, escriturária da Conservatória do Registo Predial de Odivelas, autorizada a permuta para idêntico lugar da Conservatória do Registo Predial de Pombal.

Foi a Maria Bernardete Francisco Catarino, escriturária da Conservatória do Registo Predial de Tomar, autorizada a permuta para idêntico lugar da Conservatória do Registo Predial de Odivelas.

Foi a Paulo Jorge de Almeida Leitão, escriturário da Conservatória do Registo Predial de Pombal, autorizada a permuta para idêntico lugar da Conservatória do Registo Predial de Tomar.

(Não carecem de visto do Tribunal de Contas.)

18 de Julho de 2007. — A Vice-Presidente, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho (extracto) n.º 18 251/2007

Por despacho de 18 de Julho de 2007 do presidente do Instituto dos Registos e do Notariado, o licenciado Ricardo Antunes Gomes da Costa, assistente administrativo (escalão 2, índice 209), da mesma carreira, foi reclassificado como técnico superior de 2.ª classe, da carreira técnica superior (escalão 1, índice 400), do quadro deste Instituto, na sequência de parecer prévio da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 6.º, n.º 3, e 7.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e concluído que se encontra o estágio de ingresso naquela carreira, ficando exonerado do lugar de origem à data da aceitação do novo lugar. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

20 de Julho de 2007. — A Vice-Presidente, *Maria Celeste Ramos*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades****Despacho n.º 18 252/2007**

A Câmara Municipal de Vieira do Minho deliberou, em 15 de Maio de 2002, proceder à revisão do Plano Director Municipal ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 113/95, de 28 de Outubro.

Considerando o teor da acta da reunião preparatória realizada no dia 20 de Novembro de 2006, em cumprimento do n.º 11.º da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril;

Tendo em conta a fundamentação para a revisão do Plano Director Municipal apresentada pela Câmara Municipal, em cumprimento do previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, e do n.º 9.º da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril;

Considerando ainda a proposta de composição da comissão mista de coordenação que acompanhará o processo de revisão do Plano Director Municipal de Vieira do Minho, conforme consta da acta da referida reunião preparatória;

Assim, no exercício das competências que me foram delegadas pelo despacho n.º 16 162/2005 (2.ª série), de 5 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, e nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 75.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, determino:

1 — É constituída a comissão mista de coordenação (CMC) que acompanhará o processo de revisão do Plano Director Municipal de Vieira do Minho, a qual é presidida pelo representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, nos termos do disposto no n.º 5.º da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril.

2 — A CMC integra, para além do representante referido no número anterior, um representante das seguintes entidades:

a) No âmbito do disposto na alínea a) do n.º 2.º da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril:

Direcção Regional da Agricultura e Pescas do Norte;
IGESPAR — Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P.;
Direcção Regional da Economia do Norte;
Turismo de Portugal, I. P.;
Direcção Regional de Educação do Norte;